

COIMBRA (São Bartolomeu)

Igreja de Santiago

A IGREJA DE SANTIAGO localiza-se na Praça do Comércio, antiga Praça Velha, na freguesia de São Bartolomeu, em terreno de acentuado desnível, a 25m acima do nível do mar. Seguindo pela Rua Visconde da Luz, no sentido de Santa Cruz, virar à esquerda nas Escadas de Santiago que, ladeando a igreja, permitem o acesso à Praça do Comércio e a apreciação da fachada principal da igreja. No outro extremo desta praça podemos admirar a igreja de São Bartolomeu, cuja origem remonta também a épocas anteriores à nacionalidade. A igreja de Santiago, também colegiada, servia o bairro burguês da cidade, localizando-se na encruzilhada dos caminhos que seguiam para norte, oeste e sul do território.

A atual igreja de Santiago veio substituir um templo pré-existente que se encontraria no mesmo local. As obras

desse templo seriam anteriores ao ano 957, como comprova um documento onde o mesmo templo é doado ao Mosteiro de Lorvão.

Após a conquista definitiva da cidade em 1064, Fernando Magno de Leão terá decidido erguer um templo em honra a Santiago Apóstolo, em virtude de a conquista da almedina ter sido alcançada, segundo a lenda, no dia consagrado a Santiago, 25 de julho. Foi edificada então uma pequena igreja, mas não se sabe se de raiz ou se resultado de uma reconstrução de um edifício anterior, no extremo noroeste do começo do acidente onde assentava o primeiro circuito das muralhas defensivas da cidade, a curtos passos da sua porta principal. Segundo Jorge Alarcão, no lugar onde foi edificada a igreja de Santiago, em Coruche (atual zona da rua do Visconde da Luz), havia uma igreja

Perspetiva geral do alçado oeste





A igreja durante as obras de restauro. Alçado oeste (SIPA-DGPC)

do século x, consagrada a São Cucufate, que poderá ter sido posteriormente, após a reconquista definitiva da cidade em 1064, reconsagrada a Santiago. Na interpretação de Manuel Real, a primitiva igreja seria dedicada a Santa Cristina.

A primeira referência à igreja de Santiago é de 1094 e encontra-se no *Livro Preto* da Sé Velha de Coimbra, onde se pode ler entre os confirmantes *canonici Sancti Iacobi qui presentes fuerunt*, especificando-se *Didacus Gelmiriz Ecclesie Sancti Iacobi Canonicus*. No decurso dos ataques almorávidas

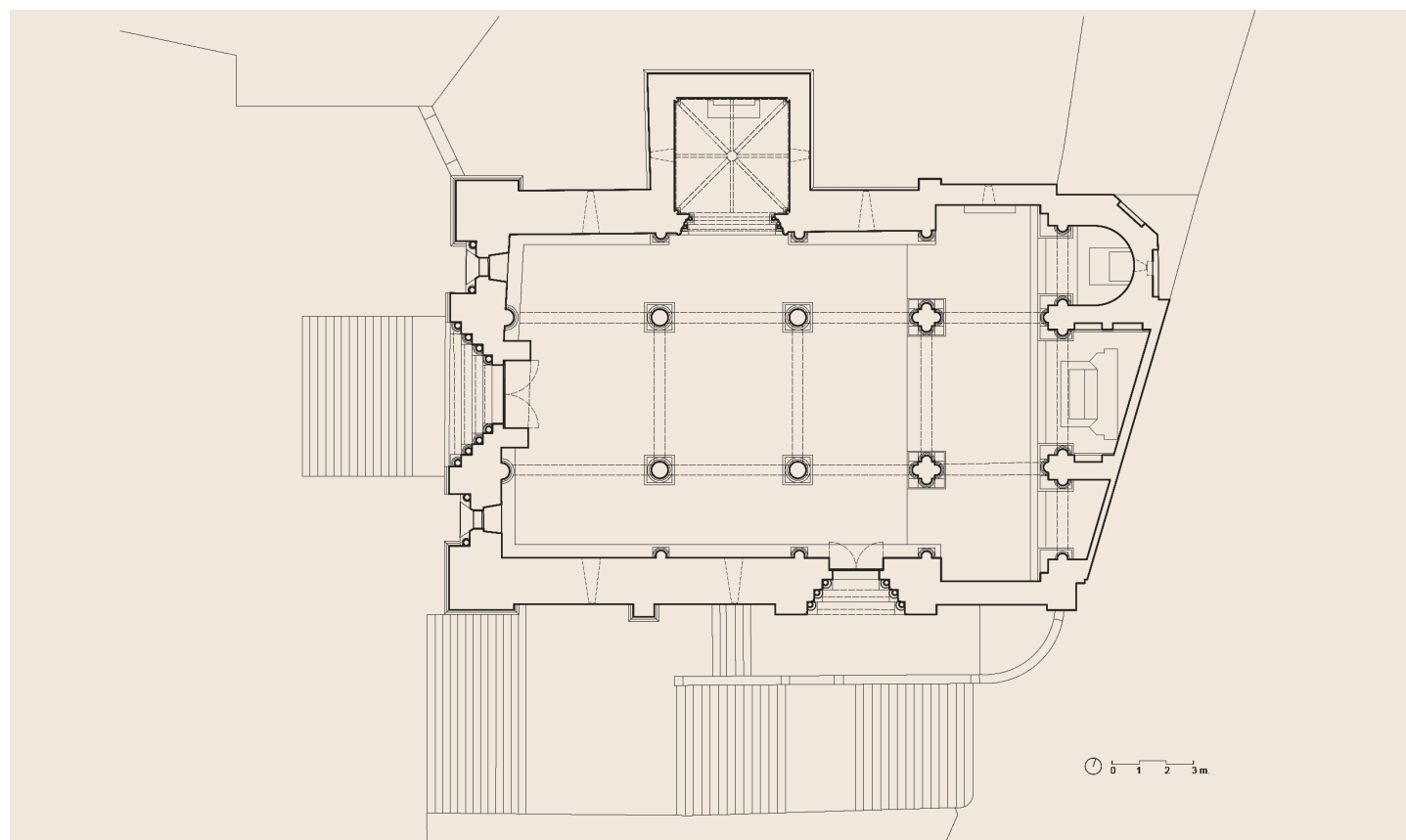
à cidade, cerca de 1117, esta igreja terá sofrido alguns danos, ao contrário das igrejas da almedina, o que terá justificado a reconstrução do templo segundo os modelos românicos.

Uma das mais antigas referências à igreja de Santiago remonta à fundação do mosteiro de Santa Cruz, em 1131. Entre os fundadores da igreja, além de D. Telo e D. João Peculiar, estava *domnus Honorius presbiter vir magne autoritatis et ecclesie sancti Iacobi de suburbio colimbrie prepositus*. O prior D. Honório era um dos companheiros de D. Telo.



*Perspetiva geral
do alçado este*

Planta





Portal sul

Em 1138, a carta de demarcação das freguesias de São João de Santa Cruz e de Santa Justa já menciona uma igreja de Santiago, anterior ao atual edifício. Na segunda metade do século XII terá sido iniciada a construção do edifício românico de Santiago. As estreitas relações da corte com a Borgonha irão marcar o caráter internacional do românico português em Coimbra. Os bispos D. Maurício (1099-1108) e D. Bernardo (1128-1146) eram de origem borgonhesa e os artistas Roberto e Bernardo, responsáveis pelas obras da Sé Velha, atestam também uma origem franca. Mestre Soeiro, de origem hispânica, reafirma a índole internacional do românico coimbrão. A este caráter acresce a forte unidade estilística que marca os monumentos românicos da cidade do Mondego, fruto não só da sua proximidade, mas também da diacronia em que foram edificadas. Considera-se que a igreja de Santiago tenha sido erguida no final desta cronologia, sendo por isso considerada pela historiografia como um testemunho de um românico já amadurecido.

Segundo a notícia histórica, sobre esta igreja, publicada no Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, de 1942, teria sido no ano de 1166 que a igreja fora consagrada a Santiago. Citando uma tradução de Pinho Leal de um manuscrito antigo, o autor da notícia acrescenta "a seis das calendas de Setembro se dedicou esta basílica a S. Tiago, apóstolo colimbricense. Foi consagrada no ano de 1204". Poderá tratar-se, na realidade, de um erro de conversão de datas. O autor considerou o ano de 1204 como era de César, ao qual subtraindo 38 anos dá o ano de 1166. Como veremos adiante, a igreja de Santiago foi sagrada no ano de 1206, segundo notícia do *Livro das kalendas*.

De 1183 data a composição celebrada entre D. Martinho, bispo de Coimbra, e D. Pedro III, arcebispo de Santiago de Compostela, na presença de D. Afonso Henriques, segundo a qual o arcebispo desistia dos direitos sobre a igreja paroquial de Santiago de Coimbra, reconhecendo à sé de Coimbra os seus direitos na referida igreja. A metrópole compostelana possuía desde o século IX diversas propriedades no subúrbio conimbricense e a colegiada de Santiago de Coimbra era pertença da igreja de Compostela. A renúncia dos direitos do metropolitano só se compreenderia num momento anterior à reconstrução românica do edifício, pois o prelado não iria renunciar a uma igreja em construção.

De 12 de maio de 1191 data uma epígrafe funerária encontrada na igreja durante as obras de remodelação viária que demoliram parte da cabeceira, em 1861, e que se encontra atualmente no Museu Machado de Castro. Esta inscrição permaneceu inédita até ser publicada a primeira vez por Mário Barroca em 2000:

IIII : IDus : MAII : OBIit : FELIX : SVRIE : FILIus : PET(rus) / LA-
VZANI : SanCti : DEI : SVBVENITE : EI : ANiMa : / EIus : LIBERATE :
ET : EAM : In : CELESTI : REGNO : / PORTATE : AVDIENS : ME : LE-
GENTES : PATER : Noster : Per : / HVIus : ANiMa : DICITE : IACeT
: HiC : FELIX : CVia : VITA : BREVIS : / SIT : VT : SORS : FELIX : PENA
: IM(mo) : BREVIS : NOLI : FECER : / QVEM : Ne : [...] : REVOCAR :
NON : RIMI : Ne : VISCVLI : / SED : VOBIS : Se [?] : SVE : AMICI : VT
: IX [?] : REQ(ui)ES : STE : FELICI : / <E(ra) : M : CC : XX : VIIII>

De finais do século XII, mais concretamente de 2 de maio de 1197, data a inscrição funerária de Pedro Franco, atualmente no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em Lisboa, encontrada na sequência da demolição da cabeceira, em 1861. Na Idade Média, em Coimbra viviam diversos francos. Aliás, a Rua Ferreira Borges, alargada em 1861, era conhecida, nos séculos XII e XIII, como Rua de Francos. Segundo Mário Barroca, na inscrição lê-se:

VI : NONAS : MAIJ : OBIIT : FAMV / LVS : DEI : PETRVS : FRANCVS :
/ ANiMa : CVIVS : REQ(u)IESCAT : IN / PACE : AMEN : Era : M^a : C^a
C^a : X^a X^a X^a [V^a]

O templo de Santiago de Coimbra foi reedificado em finais do século XII, no reinado de D. Sancho I, tendo sido sagrada em 1206 pelo bispo de Coimbra D. Pedro Soares, segundo consta do Livro das *kalendas*, ou *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis*. Como se sabe, a construção românica tinha início na cabeceira e ficando esta concluída poderia proceder-se à sagração do templo, podendo as restantes obras prolongar-se por vários anos.

D. Afonso Henriques escolheu Coimbra para sede da monarquia e assim permaneceu até meados do século XIII. Aí se concentravam e cruzavam importantes interesses políticos, eclesiásticos, militares e económicos, bem visíveis na malha urbana medieval. Refira-se que o mosteiro de Santa Cruz, bem perto da igreja de Santiago, era um dos mais importantes centros culturais e intelectuais no século XII. A Praça Velha, onde se localiza a igreja de Santiago e a de São Bartolomeu, fora o mais importante local comercial da cidade, pelas facilidades que apresentava refletidas nas diversas construções que enriqueciam o seu perímetro. Esta área urbana situava-se já nos arrabaldes da cidade,

fora do espaço muralhado. Para o seu desenvolvimento foi fundamental a transferência, em 1391, da feira franca para esta Praça. As freguesias de Santiago e de São Bartolomeu passaram a assumir-se como o novo centro cívico e social da cidade, estatuto que se consolidou no início da época moderna. Segundo o relato das Memórias Paroquiais de 1758, na freguesia de Santiago localizava-se a judiaria, onde existia, naturalmente, a sinagoga.

De meados do século XIII é a inscrição funerária de D. Maria de Arco, também resgatada na sequência das demonstrações de 1861. Segundo Mário Barroca, lê-se:

XV : KaLendas : MAII : OBiit : / DONNA : MARIA : / DE ARCU :
ERA : / M^a : CC : 2XXX : VII

Santiago de Coimbra seria certamente uma paróquia rentável na cidade, tendo sido a sua igreja taxada em 650 libras, na contribuição que D. Dinis impôs para a Cruzada a todas as igrejas, mosteiros e comendas do Reino em 1320-1321. Era o valor mais elevado pago pelas igrejas da cidade. As igrejas de São Salvador, São João de Almédina e São Pedro pagavam valores bem mais baixos, que

Portal oeste



rondavam as 250-300 libras, e a de Santa Justa contribuía apenas com 80 libras.

As transformações sofridas pela fábrica românica desta igreja de Santiago, sobretudo após o século XVI, caracterizaram a fachada, restando, todavia, os portais. Sobreposta à igreja de Santiago foi erguida, entre 1546 e 1549, a igreja da Misericórdia. A capela privativa da Misericórdia foi edificada, literalmente, sobre a nave sul e corpos desse lado. Todavia, em 1571, as obras de construção da capela da Misericórdia foram interrompidas por se considerar ser a nova igreja muito pequena e edificada no ar, além de carecer de sepulturas, de Casa do Despacho, de hospital e de celeiro. Retomadas em 1605, as obras permitiram que a Irmandade regressasse a Santiago. Em 1772 esta irmandade foi ocupar a Sé Velha, ano em que o Cabido catedralício fora transferido para a igreja e Colégio das Onze Mil Virgens e que antes pertencera à Companhia de Jesus, entretanto expulsa do Reino.

Segundo as Memórias Paroquiais de 1758, a cidade de Coimbra tinha oito freguesias, entre as quais a de Santiago, cujo prior redige as referidas memórias relativas à cidade do Mondego. António da Costa Pacheco relata que a igreja era muito antiga e que já existia no tempo de Afonso III de Leão (866-910), o qual, juntamente com a sua mulher, fizeram uma ampla doação de terras após a conquista aos árabes, em 878. Essa mesma doação fora mais tarde confirmada por Fernando Magno, em 1064, estando a referida escritura no cartório da colegiada. A igreja tinha, então, três naves e vários altares. O prior relata ainda que, sobre o teto da igreja, fora estabelecida a Real Capela da Misericórdia.

Em meados do século XVIII, a freguesia de Santiago foi anexada à de São Bartolomeu.

Em 1845 foi extinta a paróquia de Santiago, sendo o templo entregue à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, aí estabelecida.

Na segunda metade do século XIX, concretamente em 1861, uma intervenção urbanística na Rua Visconde da Luz, que visava o seu alargamento e alinhamento, provocou a perda de grande parte do absidíolo sul e da capela principal, cortando-os diagonalmente. Nessa ocasião, estabeleceu-se uma escada e patim de acesso às dependências superiores do templo e que continuavam a ser usadas pela Misericórdia.

Em 1908, ano em que a igreja é classificada como monumento nacional, teria início o restauro da igreja de Santiago, cujo intuito era devolver ao templo o aspeto que se considerava ser o primitivo. A primeira intervenção centrou-se na demolição da igreja da Misericórdia, edificada sobre esta em 1712. Nesta obra iniciada em 1909 foram

realizados alguns trabalhos conducentes à recuperação da imagem medievla da igreja, dos quais Lúcia Rosas destaca a construção das janelas-frestas que ladeiam o pórtico ocidental, a reconstrução do óculo da fachada principal, a construção da cachorrada sul e o apeamento dos elementos considerados não medievais no interior da igreja. Além disso, foi ainda construída a escadaria de acesso ao portal ocidental e da escadaria que permite a passagem pelo lado sul da igreja (já existia nesta zona uma escadaria arruinada). Sendo contudo as obras interrompidas após este primeiro restauro, foram as mesmas retomadas em 1929 e realizadas até 1935 sob a alçada da DGEMN. Nas palavras do autor da notícia histórica do boletim da DGEMN, "a restauração agora efectuada corresponde portanto e, sobretudo, a uma *necessidade moral* conjugada com uma *necessidade local*. [...] tal como existe deve considerar-se apenas uma igreja-memória, espécie de relicário arquitectónico, onde [...] se pretendeu guardar e conservar [...] tudo o que daquele templo restava".

É muito importante termos uma noção das vicissitudes por que foi passando um qualquer edifício românico pois só assim compreenderemos melhor o porquê do seu aspeto atual, contribuindo para uma leitura rigorosa da sua planta e alçados. No caso específico de Santiago de Coimbra, a mutilação da capela-mor e a construção da igreja da Misericórdia deixaram marcas profundas na sua fábrica. Mas, se a cicatriz da primeira é ainda hoje totalmente perceptível na fachada posterior do monumento, já o testemunho da segunda foi apagado por uma profunda intervenção de restauro, sendo que hoje é-nos totalmente impossível identificarmos marcas se dela não tivermos conhecimento.

No ano de 1908 teve início o restauro de Santiago de Coimbra com o claro intuito de se demolir os anexos à igreja, sob a direção do Arquiteto Silva Pinto. Mas esta intervenção de restauro conheceu uma longa interrupção, ficando o interior da igreja de Santiago a "céu descoberto" durante longos anos. Assim, só entre 1929-1935 é que efetivamente tiveram lugar as obras que permitiram que o templo fosse finalmente aberto ao culto a 8 de dezembro de 1935.

A alusão às intervenções de restauro da década de 1930 torna-se fundamental para que possamos fazer agora uma correta leitura do românico (sanchino) de Santiago de Coimbra. Como era comum ao tempo, a política de restauro praticada pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), instituição que tinha então a cargo a restauração material da Pátria, era a de recuperar o estado primitivo dos monumentos em que intervinha, com particular destaque para os medievais. Santiago de Coimbra não escapou a esta regra. Deste modo, nesta



Portal oeste. Pormenor dos capitéis

igreja, e após a DGEMN tê-la encontrado com o aspeto considerado de uma ruína, decorrente da demolição do corpo superior do edifício, procurou-se restituir ao monumento a independência de outrora e também a feição arquitetónica, pouco a pouco obliterada, ao longo dos séculos. É tendo presente esta intenção claramente reintegradora do estilo primitivo do monumento que devemos compreender Santiago de Coimbra, nunca esquecendo também o cuidado tantas vezes sublinhado pelos técnicos da DGEMN de que as reintegrações eram sempre feitas com base em elementos pré-existentes ou com base em possíveis analogias com outros exemplares coevos e geograficamente próximos.

Também a crítica literária desta época se mostrou muito drástica no que toca ao corpo superior, a igreja da Misericórdia, já marca histórica deste espaço. Entendemos isto numa época em que se verifica uma verdadeira exaltação do românico (considerado «puro») e, consequente, se criticam todos os elementos que de alguma forma maculavam esse estilo considerado coevo da formação da Nacionalidade Pátria, pelo que o corpo correspondente à igreja da Misericórdia, construído sobre a igreja românica

de Santiago de Coimbra, foi considerado como algo inestético e monstruoso. Pelo contrário, à data de 1908 só o pórtico principal era entendido como tendo um notável primor e antiguidade, com a sua larga escadaria de acesso (a construída em 1909), fazendo supor a existência de uma igreja por detrás do vulgaríssimo conjunto das casas de habitação que o oprimiam como fardagem encastelada no dorso de um animal de carga, parafraseando o autor do Boletim da DGEMN. Neste sentido, é ao nível do sistema de cobertura e do arranjo da frontaria que mais se fez sentir o restauro da década de 1930.

Orientada, com enquadramento urbano e implantada em área de acentuado declive que escadarias na envolvente procuram atenuar a circulação entre cotas diferenciadas, a igreja de Santiago de Coimbra surge elevada sobre *podium* relativamente à praça da Comércio, para onde se abre a sua fachada oeste.

A igreja compõe-se de três naves, divididas em três tramos por esguias colunas isoladas e por pilares cruciformes junto ao transepto, inscrito, mas bem definido. Para o terceiro tramo, do lado norte, abre-se uma capela

Interior. Perspetiva geral a partir do lado ocidental



gótica com cobertura em cruzaria de ogivas. A cabeceira do edifício era originalmente composta por três capelas, a principal ao centro, mais profunda, e as duas colaterais. Todavia, desta apenas se conserva na íntegra o absidiólo do lado do Evangelho, semicircular no interior e poligonal no exterior. Edificada em calcário, enformando aparelho pseudo-isódomo, a igreja ostenta telhado de duas águas que, no interior, corresponde a um sistema de travejamento em madeira.

Assim, na fachada este são bem visíveis as cicatrizes resultantes do corte da cabeceira realizado em 1861 para alinhamento da rua Visconde da Luz. Tanto na abside, como no absidiólo sul permanecem entaipados, por argamassa, os arcos que seguramente corresponderiam aos que limitavam o vão das suas abóbadas. O absidiólo norte, único elemento preservado deste conjunto, tem estreita fresta rasgada na sua parede fundeira, que arcada cega enquadra e que continua pelos restantes panos da sua estrutura poligonal. Os cachorros que sustentam uma cornija bastante profunda ostentam motivos variados, de sabor geométrico, como esferas ou motivos estriados.

A fachada sul apresenta apenas um portal que permite a comunicação com o interior da igreja ao nível do terceiro tramo. O portal inscreve-se em corpo ligeiramente saliente, o que lhe permite acentuar a sua profundidade. Composto por três arquivoltas, o portal sul apresenta um esquema muito peculiar na alternância dos fustes lisos e prismáticos. Este modelo foi disseminado a partir daqui para outras regiões, chegando às igrejas românicas do Vale do rio Sousa, de que é exemplo a Matriz de Unhão ou São Vicente de Sousa (ambas em Felgueiras). Entre os motivos decorativos feitos num relevo bastante plano, destacam-se as rosetas e as vieiras. Temos aqui uma reminiscência da pertença da Colegiada de Santiago de Coimbra a Compostela ou, mesmo, uma lembrança da crença de ter aparecido Santiago cavaleiro, animando os cristãos e dando-lhes a chave da cidade, aquando da sua conquista aos mouros. Comparativamente ao portal ocidental, a escultura do portal lateral sul é mais plana, que modelada nos motivos de natureza vegetalista e fitomórfica, numa qualidade técnica apenas permitida pelo emprego do calcário e do desenho a bisel. A composição dos capitéis de sabor vegetalista e fitomórfico,

Interior. Perspetiva geral a partir de sudoeste



com escultura bem desenhada e muito presa ao cesto, confirmam-no. As arquivoltas são mais simples, mas não menos eruditas. Ornamentam os toros diédricos. Por fim, um arco envolvente remata o conjunto. Aqui identifica-se de novo a escultura plana e biselada característica da região coimbrã, desenhando círculos encadeados onde se inscrevem motivos de heras estilizadas. Os cachorros apresentam motivos variados, denunciando o quão criativa podia ser a escultura românica usando como suporte o quadro arquitetónico, quer os motivos sejam geometrizarantes, animalistas ou antropomórficos. A meio da fachada, um contraforte indicia a possibilidade de se ter pensado em abobadar a totalidade do espaço interior da igreja.

A fachada principal de Santiago de Coimbra, muito arranjada no seu remate superior durante as obras de 1930 por força da demolição da Casa da Misericórdia, lembra-nos subtilmente o arranjo tão característico das igrejas coimbrãs, onde um corpo avançado central cria uma grande profundidade para o desenvolvimento das arquivoltas do portal principal. Mas, aqui, este corpo como que assume toda a fachada, sendo rasgado em três pontos fulcrais

e criando um notável efeito de claro-escuro: ao centro o portal e, lateralmente a este, rasgam-se dois espaços recuados, estreitos e mais elevados, em que foram abertas amplas frestas que iluminam as duas naves laterais. Creemos que esta composição da fachada é já um claro indício do carácter avançado do românico deste monumento no contexto conimbricense pois, em vez de se procurar criar um corpo saliente, o avanço da fachada surge integrado na própria espessura do muro, acabando por ser ele próprio rasgado por profundos vãos.

Deste modo, o portal principal compõe-se por quatro arquivoltas, sustentadas por quatro colunas com fustes cilíndricos decorados, apresenta, portanto a profundidade característica das igrejas românicas coimbrãs devido à sua integração no muro da fachada. A sua decoração escultórica direcciona-se para a representação de temas animalistas e vegetalistas nos capitéis, aqui mais frondosos, e de temas vegetais geométricos nos fustes, mais planos e que se desenvolvem em espirais estilizadas. Também as impostas nos mostram folhas de acanto espalmadas, tudo acusando a influência da estilização e do bom desenho a bisel

Interior. Cabeceira





Capitéis da abside

moçárabe, tão característico do românico de Coimbra. Também as arquivoltas se mostram mais elaboradas do que as do portal sul. Rematadas por molduras semicirculares, ao modo de toros, apresentam, do arco interior para o exterior, rosetas, bem-me-queres espalmados (para usar a designação atribuída por Joaquim de Vasconcelos ao motivo nº 35 do inventário que publicou em 1918) e, por fim, na terceira arquivolta, as folhas de acanto espalmadas, numa escala superior às das impostas.

Tanto interiormente, como exteriormente, as frestas rasgadas na fachada são enquadradas por um par de colunelos que sustentam uma pequena arquivolta. Já o óculo que se rasga sobre o portal não apresenta hoje o seu primitivo preenchimento, sendo ainda que Real acredita ter existido no seu lugar um janelão, à semelhança das outras igrejas românicas de Coimbra. A empena da igreja é rematada por uma cruz terminal, patada.



Capitéis do absidíolo norte

Ao nível do interior do edifício, os motivos decorativos do período românico estariam seguramente mais concentrados na mutilada cabeceira. No interior da capela-mor, abobadada, talvez reduzida a metade da sua espacialidade original por força da mutilação a que foi sujeita, destaca-se naquilo que seria o seu primeiro tramo, o arranque de uma arcada cega, composta por dois registos e que certamente decoraria todo o seu interior. Os capitéis remanescentes ostentam motivos vegetalistas e fitomórficos. Esta, a julgar pelo esquema mais comum da arquitetura românica, seria possivelmente mais profunda que os absidíolos que a ladeavam, criando assim uma estrutura escalonada. Os capitéis do arco triunfal confirmam a qualidade do estaleiro escultórico da escola coimbrã. Do lado da Epístola, figuras animalistas de sabor fantástico são envolvidas por motivos fitomórficos e do lado do Evangelho duas figuras híbridas, com corpo de peixe e asas, sobressaem no



Capitéis do absidiolo sul

ângulo do capitel, conjugando-se também com motivos fitomórficos que encerram a composição do capitel.

Também nos arcos que permitem o acesso aos absidiolos, do lado do Evangelho, ainda intacto, e do lado da Epístola, agora truncado por um muro caiado de branco, ostentam motivos vegetalistas, conformados por folhas de acanto e enrolamentos.

No corpo da igreja, as três naves são delimitadas por pilares polistilos que por sua vez definem a área do transepto e por esguias colunas, isentas de capitéis, nestas substituídas por impostas lisas. Nalgumas frestas dos paramentos laterais persistem colunelos com capitéis esculpidos e respetiva arquivolta, em toro diédrico. Os vãos da fachada ocidental não apresentam qualquer motivo decorativo.

A igreja de Santiago é considerada como a última igreja do românico coimbrão. De um modo geral tem-se colocado a construção da atual igreja conimbricense no

reinado de D. Sancho I (1185-1211). Alguns autores consideram que o início das obras deve ter ocorrido algures nos finais do terceiro quartel do século XII, sendo que a escultura do portal axial acusa já uma linguagem característica de inícios do século seguinte. Assim, se a cabeceira da igreja de Santiago foi começada em finais do século XII é muito natural que em inícios do século seguinte, mesmo que passados uns 30 anos, se tivesse concluído a construção do seu portal.

Assim, se como vimos a sacração desta igreja data de 1206, quer isto dizer que, nesta data, pelo menos a cabeceira do templo estava apta a receber o culto divino. E esta cronologia vai ao encontro do enquadramento que a historiografia tem feito deste monumento na última fase do românico coimbrão, tanto mais se tivermos em conta as cronologias mais precoces que têm sido atribuídas a Santa Cruz (1131) ou à Sé Velha de Coimbra (1148-1154). Terá sido nas fábricas destes monumentos, entre outros, que se terá formado uma já segunda geração de artistas que não só serão responsáveis pela edificação dos monumentos do românico dito sanchino de Coimbra, como também estarão na origem da irradiação deste para outras regiões de Portugal. Devemos a Nogueira Gonçalves a categorização do românico coimbrão em de tipo A (ou românico condal), de tipo B (ou românico afonsino) e, por fim, de tipo C (ou românico sanchino). Considera este autor que nesta manifestação mais tardia não se identificam evoluções artísticas, porque fruto da ação de arquitetos e escultores educados com os mestres do românico B. Estes arquitetos, considerados menores, terão sido aprendizes que não atingiram o desenvolvimento artístico daqueles, copiando e interpretando com rudez a obra anterior. O facto de não aparecerem novas fórmulas na arquitetura deste edifício justifica-se, para Nogueira Gonçalves, pelo facto destes terem recebido a sua aprendizagem e influências na sua terra natal, sem terem ido procurar noutros estaleiros uma formação artística diferente. Todavia, deteta-se uma maior muçulmanização de motivos (a que não deve ter sido alheio o incremento do comércio de objetos de origem arabizante) e aplicação e interpretação de cestos clássicos (justificados pelo romano Emínio) que os mestres anteriores não utilizavam, com o emprego mais amplo de outros do românico B que tinham sido aplicados parcimoniosamente (se não também outros do românico A reempregados). No fundo, atesta-se uma reprodução cada vez mais débil dos motivos do período antecessor, quer ao nível da arquitetura, quer da escultura decorativa, o que não impediu, todavia, que ao nível desta última se verificasse um tímido reaparecimento da figura humana, como manifestação de influências externas pouco profundas.



Diversos capitéis da igreja

Esta fase tinha já, de certa forma, sido sentida nas obras de São Salvador e de São Cristóvão de Coimbra, produto da segunda geração dos artistas introdutores do românico B. Por esta razão, Nogueira Gonçalves defende que o românico sanchino não é propriamente uma fase distinta do românico afonsino, nem mesmo forma um sub-grupo, sendo antes a sua evolução final e o seu declínio. Não deixa, no entanto, de corresponder a uma fase de expansão, no final e transição do século.

Em suma, apesar de ter sido muito vítima do avançar dos tempos, que deixaram profundas (e irreversíveis) marcas, a igreja de Santiago de Coimbra apresenta-se-nos hoje na sua imponência românica. Apesar desta resultar muito de uma profunda intervenção de restauro, a qualidade da sua escultura decorativa é inegável e foi a partir daqui disseminada para outras regiões do País. O românico

coimbrão constituiu ele próprio uma fonte prestigiante a nível nacional, irradiando assim as influências estrangeiras (agora filtradas e sujeitas a novas interpretações) para o norte do País, tanto para a região do Porto (sé e igreja de São Martinho de Cedofeita), como para diversos monumentos da bacia do Sousa (de que destacamos São Vicente de Sousa, Santa Maria de Airães e Paço de Sousa, entre outros).

A estes aspetos há que acrescentar a profunda unidade encontrada nos monumentos românicos de Coimbra que, desde Santa Cruz, passando pela Sé Velha e até Santiago, assumem uma unidade estilística singular fruto não só da sua natural proximidade geográfica decorrente da existência de um grande número de testemunhos românicos numa só e única cidade, como também devido à curta diacronia em que foram construídos. Assim, foi possível a um grupo

de apenas duas gerações de artistas erguer um consistente e homogêneo conjunto de edifícios românicos numa só cidade e num curto espaço de tempo. E é precisamente no final desta cronologia que poderemos colocar a construção desta igreja românica que em Coimbra teve Santiago como orago.

Segundo a tradição, terá sido nesta igreja de Santiago de Coimbra que o infante D. Pedro, primeiro Duque de Coimbra, e D. Álvaro Vaz de Almada, seu valido, juraram um ao outro não sobreviver no encontro com o inimigo na batalha de Alfarrobeira (1449). Como sabemos, caíram ambos no campo de batalha.

Em 1910, a igreja foi classificada como Monumento Nacional.

Texto: MLB/JL - Fotos: JNG/SIPA-DGPC
Plano: GM/MF/MS (sobre HA/PA/MT/SIPA-DGPC)

Bibliografia

ALARCÃO, J., 2008, pp. 114, 150; AUGUSTO, O.C.G.S., 2013, pp. 132-133; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 191 (de 1191, maio, 12), Insc. n.º 204 (de 1197, maio, 2), Insc. n.º 339 (de 1249, abril, 17); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 218 (de 1191, maio, 12), Insc. n.º 232 (de 1197, maio, 2); BOISSELLIER, S., 2012, p. 174; BOTELHO, M.L., 2013b, pp. 176-187; 481-513; CORREIA, V., 1949, pp. 49-59; COSTA, A., 1929-49, V, p. 614; DGEMN, 1942a, XXVIII, pp. 5-15; GEPB, VII, p. 79; LPRETO, doc. n.º 82 (de 1094, novembro, 13); MEM. PAROQ. 1758 (2011), pp. 512-519; MONTEIRO, M., 1951, pp. 10-11; REAL, M.L., 1974, I, pp. 96-97; ROSAS, L.M.C., 1995, II, pp. 311-316; ROSAS, L.M.C. e BOTELHO, M.L., 2010, pp. 66-77; ROSSA, W., 2001, p. 283; SANTOS, M.J.A., 2018, pp. 185-224; SIPA.